# BASSI, Rafael. *A escrita da História e o rei: um estudo sobre os quatro livros de história de Richer de Reims e os cinco livros de história de Raoul Glaber (séculos X-XI).* São Leopoldo: Oikos, 2014, 147p.

**Ana Luiza Mendes** [*]
Doutoranda em História
Universidade Federal do Paraná

● **Enviado em: 11/10/2016**
● **Aprovado em: 06/12/2016**

No início do século XX desenvolveu-se no campo historiográfico o que se costuma chamar de "revolução". Isto se deu através de pesquisadores que, sob o título de "*Escola dos Annales*", ou simplesmente de "*Annales*" propuseram-se a modificar as estruturas do fazer histórico que significava até então escrever sobre a História política. Nesse contexto, esta vertente historiográfica propunha compreender a História a partir de outras perspectivas, fontes e temáticas que antes permaneciam marginalizadas.

Outro importante aspecto desenvolvido pelos *Annales* diz respeito à História problema, isto é, ao historiador cabe não somente a tarefa de descrever os fatos, mas sim problematizá-los dentre de uma conjuntura de eventos, de ideias e ideais que constituem o fundamento de uma determinada sociedade. Esta perspectiva historiográfica tornou-se assim uma referência que justifica os estudos que não se relacionam a uma História tradicional desenvolvida até o início do século XX. Por vezes, a recusa a essa tradição ainda recorre à tão anteriormente criticada História política, que, contudo sempre se atualiza por conta da perspectiva da problematização.

Nesse contexto, podemos inserir a obra de Rafael Bassi, *A escrita da história e o rei*, que aponta justamente para a problematização da História política ao relacioná-la com o aspecto cultural da produção historiográfica no período medieval. Num primeiro momento, a própria concepção de historiografia no medievo é problematizada pelo autor que intenta demonstrar os aspectos que permitem definir os autores de suas fontes, Richer de Reims e Raoul Glaber, como historiadores.

[*] Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFPR.

Tal conceito não é adotado por muitos estudiosos no contexto do período medieval, mas é defendido por Bassi que considera a consciência de metodologia e técnicas de escrita como pressuposto para tal definição. Para o autor, os historiadores medievais podem ser assim denominados porque não fazem uma simples rememoração do passado, mas ordenam os eventos o que demonstraria a sua consciência na construção da narrativa. Além disso, o prólogo das obras analisadas (*Quatro Livros História*, de Richer de Reims e *Cinco Livros de História*, de Raoul Glaber) trazem um relato pessoal, um projeto historiográfico, nas palavras de François Hartog, que Bassi define como a consciência do autor.

Bassi também salienta a importância do lugar de onde o historiador escreve. Para tanto, faz, no primeiro capítulo, *Reims e Cluny: espaços de produção de história,* uma incursão ao Oriente para estabelecer um exercício de comparação. Diferentemente dos seus autores ocidentais, Anna Comnena, princesa bizantina, define-se historiadora na obra *A Alexíada*, na qual faz uma afirmação da instituição imperial e define História como preservação da memória, concepção da mesma forma perpetuada no Ocidente, onde também será importante o lugar de onde Richer e Glaber escreveram.

Tal ponto será analisado no segundo capítulo, *A Idade Média teve historiadores? Os casos de Richer de Reims e Raoul Glaber*, em que se esboça a relação entre a escrita e a política, assim como retoma a concepção de História como manutenção da memória. Dessa forma, a concepção de História para os dois autores medievais está relacionada em preservar a memória de acontecimentos considerados relevantes. Bassi salienta que a escrita, portanto, não é neutra, ingênua, uma vez que o recorte espaço-temporal utilizado pelos autores é bem determinado sugerindo a intenção da escrita. Eles escrevem sobre o Reino dos Francos num período conturbado, de transição de poder. Além disso, é preciso lembrar que os autores são da Igreja, cuja concepção de História está relacionada com uma teologia providencialista. Ou seja, a escrita da História do Reino dos Francos está fundamentada no intuito de preservar a história dos que são virtuosos. Nesse contexto, Hugo Capeto será considerado um exemplo de virtude e que deve servir de exemplo aos francos. Assim, a escrita da História dos Francos servirá como ferramenta de legitimação monárquica, aspecto abordado no terceiro capítulo, *Escrever a história do Rei. A mudança dinástica no Reino dos Francos. O exemplo de Hugo Capeto (987).*

Antes de adentrar no assunto específico deste capítulo, Bassi retoma algumas discussões historiográficas sobre a concepção de poder no período medieval. Essas discussões são definidas pelo autor como concepção mutacionista e antimutacionista. A primeira defende a ideia de que a sociedade do século X sofreu uma mudança social até então nunca vista,

decorrida da falta de autoridade pública, o rei, que era o responsável pela aplicação da justiça. Essa abstinência de poder público levou à generalização da violência, perpetrada também pela nobreza pela disputa do poder privado. Enquanto isso, a percepção antimutacionista, defendida por Barthélemy, aponta para uma "ilusão documental", uma vez que as fontes não indicam uma mudança social, mas demonstram uma adequação e transformação gestadas há tempos.

Bassi rechaça a visão antimutacionista, pois defende que há momentos de ruptura e também critica a visão mutacionista no aspecto em que esta aponta para a falta de poder do rei. O autor argumenta que o rei ainda tem poder. Este é rearranjado e perpassa também pelo poder simbólico que, através de instituições e práticas sociais legitimam o poder político. Dessa forma, a escrita da História nesse período pode ser compreendida como parte desse poder simbólico, pois personifica esses agentes de poder dentro da perspectiva providencialista e escatológoca da História desenvolvida pela Igreja, de onde Richer e Glaber escrevem. "Assim, a imagem que o historiador constrói com sua narrativa histórica demonstra um posicionamento político frente ao governante" (p. 119-120).

Diante disso, podemos identificar a obra de Bassi como uma forma de demonstrar uma epistemologia historiográfica do período medieval que perpassa pelas concepções de História defendida pela Igreja e que não está desvinculada do aparato político. O autor insere-se, portanto, na herança historiográfica dos *Annales* ao problematizar a esfera política a partir do aspecto simbólico que a permeia. Além disso, trouxe um questionamento sobre o próprio conceito do fazer historiográfico. Afinal, o que é um historiador? Anna Comnena dizia-se historiadora. Nas obras historiográficas elencadas pelo próprio autor sobre o assunto, a Idade Média não produziu historiadores. Para Bassi, Richer e Glaber o foram pelo fato de terem consciência de executarem o ofício de preservação da memória, concepção de História no medievo através da qual *A escrita da História e o rei* desenvolve sua análise epistemológica da historiografia medieval atrelada à sua função simbólica e política.